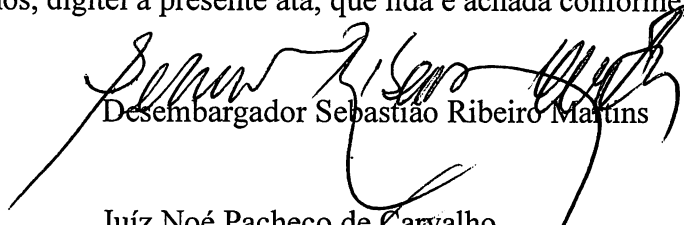


ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO ANO DE 2012 DO GRUPO DE MONITORAMENTO
E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Aos dois dias do mês de março de dois mil e doze, às treze horas, no gabinete do Secretário Geral do Tribunal de Justiça, iniciou-se primeira reunião do ano de 2012 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí, presentes o seu Presidente, desembargador Sebastião Ribeiro Martins e os membros juízes Noé Pacheco de Carvalho, José Vidal de Freitas Filho, designado para secretariar os trabalhos, Virgílio Madeira Martins Filho e Lisabete Maria Marchetti, além dos coordenadores do Núcleo de Atenção Permanente ao Preso - NAPP, juízes Antonio Francisco Gomes de Oliveira e Mário Soares de Alencar. Iniciada a reunião pelo Presidente do Grupo, que saudou os presentes e comunicou que recebeu ofício encaminhado ao Presidente do Tribunal pelo Secretário de Justiça, tratando da apresentação de projetos para a construção de novos estabelecimentos prisionais no Estado e concedeu a palavra ao juiz Vidal de Freitas, o qual prestou as informações que seguem: 1 – a Secretaria de Justiça está com presídios em construção cujas obras se acham paralisadas, os de Campo Maior e Altos, estando paradas, também, as obras de ampliação da Casa de Custódia de Teresina; 2 – a Secretaria de Justiça também está com dificuldades no recambiamento de presos de outros estados para o Piauí; 3– o Secretário de Justiça, em reunião com o Desembargador Edvaldo Moura, informou que não tem condições de adquirir os equipamento necessários para o controle e identificação informatizados de seus presos, muito embora o Tribunal de Justiça haja, gratuitamente, desenvolvido uma ferramenta para esse fim; 4 – por esse motivo, e atendendo pedido do Secretário, o desembargador Edvaldo solicitou a interveniência do Governador do Estado para a aquisição do equipamento; 5 – estão acontecendo mortes nos presídios do Estado, o que é deveras preocupante e exige providências urgentes. Ato contínuo, o juiz Vidal sugeriu a realização de reunião do Presidente do Grupo com os Secretários de Governo e Justiça, o primeiro, para buscar a solução do problema relativo à aquisição de equipamentos de informática e o segundo, para tratar das demais questões que apresentou. Aprovadas as sugestões pelos membros do Grupo, o juiz Antonio Francisco sugeriu que se discuta com o Secretário de Justiça também a situação da penitenciária de Picos, que sofre de superlotação, com cerca de 310 presos para uma capacidade de apenas 144, armamento de seus guardas, água contaminada e alimentação insuficiente, e da Casa de Detenção de São Raimundo Nonato, que está recebendo presos definitivos. Em seguida a juíza Lisabete Marchetti informou que vai determinar a transferência imediata dos presos sentenciados que se encontram recolhidos na Casa de Custódia de Teresina, contrariamente às disposições legais



e solicitou que o Presidente do Grupo de Monitoramento officie ao Secretário de Justiça solicitando seja providenciada a realização periódica de curso de relações humanas para seus agentes, além da atenção necessária para que seja evitados maus- tratos aos presos. Concluídas as manifestações dos presentes, às quatorze horas, foi encerrada a reunião. Do que para constar, eu, Vidal de Freitas.....(José Vidal de Freitas Filho), designado para secretariar os trabalhos, digitei a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada pelos demais presentes.


Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Juíz Noé Pacheco de Carvalho

Juíz Virgílio Madeira Martins Filho

Juíz António Francisco Gomes de Oliveira


Juíza Lisabete Maria Marchetti

Juíz Mário Soares de Alencar

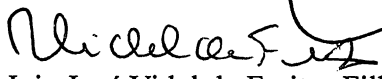
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO ANO DE 2012 DO GRUPO DE MONITORAMENTO
E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e doze, às onze horas, na Sala das Fotografias do Tribunal de Justiça, iniciou-se segunda reunião do ano de 2012 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí, presentes o seu Presidente, desembargador Sebastião Ribeiro Martins e os membros juízes, José Vidal de Freitas Filho, Virgílio Madeira Martins Filho e Alberto Franklin de Alencar Milfont, e as servidoras Anne Michelle de Freitas Travassos e Vanessa Brandão. Iniciada a reunião pelo Presidente do Grupo, que saudou os presentes e concedeu a palavra ao juiz Vidal de Freitas, o qual apresentou medidas para o cumprimento a curto, médio e longo prazo, das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012: Realização de um mutirão em medidas de segurança : a criação da rede de atendimento com a parceria da Secretaria Estadual de Saúde, firmando parcerias e convênios. Foi sugerido a criação da rede “s” (Senac, Sesc e Senai). Programa de atenção à mulher encarcerada : conveniar com a Secretaria de Saúde para o atendimento da mulher. Foi sugerido a realização das campanhas do câncer de colo de útero e seio pela Ong do Dr. Luiz Airton, da Fundação Maria Carvalho; distribuição da cartilha da mulher presa através de uma campanha; elaboração de palestras voltadas para o público feminino sobre temas pertinentes à violência doméstica e saúde familiar; elaboração através da parceria com o Senac de cursos profissionalizantes. Criação e incentivo dos conselhos da comunidade : criação e incentivo para a criação em todas as Comarcas onde tem presídio, e incentivar a criação nas outras comarcas; catalogar com dados como endereço e contatos todos os conselhos; organizar um encontro Estadual com juízes e conselhos da comunidade. Intensificar as ações do começar de novo : firmar mais parcerias e incentivar os cursos profissionalizantes. Acompanhar e padronizar rotinas : incentivar o treinamento e padronizar rotinas com a criação da vara modelo que deverá ser implantada em todas as varas de execução penal. Auxílio na fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas: criação, no sistema, de uma ferramenta de controle para gerir as penas e medidas alternativas. Organização de mutirões carcerários anuais: realização de mutirão de acompanhamento e julgamento dos presos provisórios na capital e interior. Foi informado que está sendo feito o cadastro dos presos pela Secretaria de Justiça. Concluídas as manifestações dos presentes, às quatorze horas, foi encerrada a reunião. Do que para constar, eu, Anne Michelle de Freitas Travassos, Anne Michelle de Freitas Travassos,


designada para secretariar os trabalhos, digitei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos demais presentes.



Desembargador Sebastião Ribeiro Martins



Juiz José Vidal de Freitas Filho



Juiz Virgílio Madeira Martins Filho

Juiz Alberto Franklin de Alencar Milfont



Servidora Vanessa Brandão

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO ANO DE 2013 DO GRUPO DE MONITORAMENTO
E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e treze, às doze horas e quarenta minutos, na Sala das Fotografias do Tribunal de Justiça, iniciou-se a primeira reunião do ano de 2013 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí, presentes o seu Presidente, desembargador Sebastião Ribeiro Martins e os membros juízes, José Vidal de Freitas Filho e Virgílio Madeira Martins Filho, os Juízes Leonardo Brasileiro, Leandro Emídio, Mário Soares, Ulysses Gonçalves e Nilcimar Carvalho, e a servidora Anne Michelle de Freitas Travassos. Iniciada a reunião pelo Presidente do Grupo, que saudou os presentes e concedeu a palavra ao juiz Vidal de Freitas, o qual explicou a finalidade da reunião: tratar com os Juízes das comarcas em que há presídios, sobre o sistema carcerário. Ressaltou que a execução de pena privativa de liberdade cabe à vara com competência para as execuções penais da comarca em que se localiza o estabelecimento prisional de cumprimento da pena, conforme Art. 46A da Lei de Organização Judiciária do Piauí. Os processos de execução deverão ser encaminhados às varas respectivas. O processo de execução tem início com a Guia de Execução. Não cabe a expedição de carta precatória pelo juízo da condenação, pois a competência é do juízo da execução. Foi explicada a importância do Conselho da Comunidade e do Projeto Começar de Novo, informando sobre a Lei nº 6.344, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre a reserva de 5% das vagas de emprego, para egressos do sistema prisional, em todos os editais sem licitação e contratos diretos sem licitação para execução de obras públicas pelo Governo do Estado do Piauí. Seguindo a reunião, os juízes do interior do estado solicitaram o treinamento de servidores de suas unidades judiciárias no tocante às execuções penais, com o que concordaram os membros do Grupo de Monitoramento. Concluídas as manifestações dos presentes, às treze horas e quarenta e cinco minutos, foi encerrada a reunião. Do que para constar, eu, ~~eu, Anne Michelle de Freitas Travassos~~ Anne Michelle de Freitas Travassos (Anne Michelle de Freitas Travassos), designada para secretariar os trabalhos, digitei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos demais presentes.



Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Juiz José Vidal de Freitas Filho

Juiz Virgílio Madeira Martins Filho

Juiz Leonardo Brasileiro

Juiz Leandro Emídio

Juiz Mário Soares

Juiz Ulysses Gonçalves

Juíza Nilcimar Carvalho